



**ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E
PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE**

**RURAL SETTLEMENTS IN BRAZIL/BOLIVIA BORDERING: SOCIOECONOMIC DIAGNOSIS AND
PRODUCTIVE IN THE REGION SOUTHWESTERN MATO GROSSO**

Marcela de Almeida Silva ¹, Ronaldo José Neves ² Sandra Mara Alves da Silva Neves³

RESUMO

Nesse artigo são caracterizados os assentamentos localizados na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, abordando os aspectos sociais, econômicos e produtivos dos assentados. O tema escolhido apresenta uma particularidade, pois quando se fala de economia no Mato Grosso são abordados os latifúndios e as questões voltadas ao agronegócio. Esse estudo teve como objetivo diagnosticar as atividades socioeconômicas e produtivas realizadas nos assentamentos da região Sudoeste mato-grossense, visando à geração de informações que contribuam para o seu fortalecimento, o acesso às políticas públicas e a geração de emprego e renda. Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa exploratória, bibliográfica e levantamento de dados secundários. Os resultados mostraram que a base econômica dos assentamentos pauta-se na pluriatividade, com comercialização de excedentes. Organizam-se em grupos como forma de fortalecimento da produção e comercialização. Recebem assistência técnica dos sindicatos municipais, de órgãos não governamentais e outras instituições. Concluiu-se que apesar da incipiência de infraestrutura e investimentos, que fomentem ações para a melhoria das condições de vida, as famílias assentadas têm conseguido permanecer e sobreviver na terra conquistada, por meio de estratégias de sobrevivência criadas no processo de consolidação dos assentamentos, como é o caso dos grupos ligados a associações, sendo essa forma alternativa para continuar sua vida no campo, encontrando sua função na economia local.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar, Assentamentos rurais, Processo de ocupação, Mato Grosso.

ABSTRACT

In this article are characterized the settlements located in the southwest region of the State of Mato Grosso, addressing the social, economic and productive aspects of the settlers. The theme chosen presents a particularity, because when we talk about economics in Mato Grosso are covered the land and agribusiness issues. This study aimed at diagnosing the socio-economic and productive activities carried out in the settlements in the southwest region of Mato Grosso, aimed at generating information that will contribute to its strengthening, the access to public policies and the generation of employment and income. The methodological procedures adopted were exploratory research, and secondary data collection. The results showed that the economic base of the settlements is guided on pluriativity, with marketing of surpluses. Organize in groups as a way of strengthening of production and marketing. Receive technical assistance from the municipal unions, non-governmental agencies and other institutions. It was concluded that despite the effects of infrastructure and investments, to promote actions for the improvement of living conditions, families settled have managed to stay and survive on Earth conquered by means of survival strategies created in the process of consolidation of settlements, as is the case of groups linked to associations, being this alternative way to continue their life in the country, and its role in the local economy.

KEY-WORDS: Family agriculture, Rural settlements, Occupation process, Mato Grosso

Recebido em: 03/04/2015 - Aceito em: 02/01/2017

¹ Universidade do Estado de Mato Grosso/MT, e-mail: marcellaalsi@gmail.com.

² Universidade do Estado de Mato Grosso/MT, e-mail: rjneves@unemat.br.

³ Universidade do Estado de Mato Grosso/MT, e-mail: ssneves@unemat.br.

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

1. INTRODUÇÃO

A ciência geográfica aborda o processo de construção do conhecimento crítico, considerando os conflitos no mundo rural e urbano, com suas interfaces na construção de relações pessoais e suas marcas impressas na construção do território. Nesse sentido, a geografia agrária, disciplina da ciência geográfica, norteia os debates sobre as questões sociais e econômicas no campo, com seus processos do passado e presente pautando-se na relação com a sociedade capitalista da atualidade (GRAZIANO DA SILVA, 1985, p. 56; MOREIRA e TARGINO, 1996, p. 120).

Na região Cento Oeste brasileira é um processo histórico de construção do território ocorreu a partir de distintos processos sociais, econômicos e políticos, implicando em características distintas nos seus estados, municípios e aglomerados municipais. Nas décadas de 1960 e 1970 iniciou a fase dos programas de desenvolvimento do governo brasileiro para a exploração econômica da região central do Brasil, uma vez que na ótica governamental as terras estavam à disposição e eram tidas como alternativa para os movimentos de reforma agrária, pois era vista como escape espacial para os conflitos sociais não solucionados da região norte do país (KOHLHEPP, 2002, p. 37).

Os programas e políticas que que coadunavam com os movimentos de reforma agrária no Brasil direcionaram famílias que antes estavam à margem da sociedade para o campo, essa ação teve por interesse buscar melhoria das condições produtivas, sociais e econômicas do País. Essas famílias, através da posse da terra poderiam contribuir para o desenvolvimento e produção de alimentos, por meio da agricultura familiar, fato ainda necessário em um país com a expressão continental como o Brasil (MORENO e HIGA, 2005, p. 38).

Arcaro e Gonçalves (2012, p. 40) afirmaram que este lugar passou a ter um significado para o indivíduo que o incorpora à construção da identidade, formando dimensões e características que são incorporadas pelo sujeito

por meio da interação com o ambiente. Entretanto, Cruz (2008, p. 93) utilizou-se da seguinte argumentação, que os movimentos pró reforma agrária não produziram territórios em que se perpetuem relações coesas e harmônicas entre os beneficiários de terras, podendo atribuir essa questão as mazelas enfrentadas pelos assentados. Assim sendo, esses territórios de assentamentos têm se materializado contradições que vão além de divergências políticas, prevalecendo diferenças culturais significativas para o caminhar da almejada reforma agrária.

Melgarejo (2001, p. 60) em estudo sobre os movimentos da reforma agrária no Brasil, relatou que em vários momentos da história brasileira houve diversas alterações em sua estrutura fundiária, no entanto, esses foram marcados pela concentração de terras, de poder e de oportunidades de acesso às realizações humanas.

No Centro-Oeste brasileiro, a expansão demográfica no último século, exerceu uma pressão considerável sobre o crescimento da produção, o que motivou os movimentos em prol da reforma agrária, visando à divisão igualitária de terras no intuito de ocupar para produzir, buscando atender o consumo interno através da incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Essas estratégias provocaram um movimento na história econômica do Estado, rompendo com padrões da estrutura econômica e garantido o acesso necessário à expansão das atividades econômicas (CAMPANHOLA e GRAZIANO DA SILVA, 2004, p. 72 e 76).

Em 1989, foram criados programas que visavam a reforma agrária nacional, ocasionando o fim de regularizações fundiárias, que ocorriam de forma desenfreada, beneficiando grandes proprietários rurais, isso forçou a desapropriação de terras no intuito de instituir a propriedade devida (MORENO, 2007, p. 23).

Entre 1980 e 1992, em Mato Grosso, foram implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA 59 (Cinquenta e nove) projetos de colonização oficial, destes 09 (Nove) grandes projetos foram

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

denominados como projetos de assentamento rápido, que foram realizados em áreas com infraestrutura implantada, com o apoio dos governos estadual e municipais correspondendo a um total de 269.948 hectares, ocupados por 4.542 famílias (GUANZIROLI e CARDIM, 2000, p. 20).

Desde a criação da autarquia federal INCRA, pelo Decreto nº 1.110 de 1970 (BRASIL, 1970), no território brasileiro, foram assentadas cerca de 690.000 famílias. Anos mais tarde em 1999, instituíram-se 48 (quarenta e oito) novos projetos de assentamento, do qual grande parte foi para fins de ocupação do espaço e de colonização (INCRA, 2000, p. 107).

Feliciano (2006, p. 43) discorreu que no Mato Grosso os movimentos de assentamento de famílias se deram de diversas formas: através de políticas de incentivo a ocupação das terras, créditos fundiários, mobilização de recursos destinados ao financiamento de empresas, obras de infraestrutura viária, estímulos ao desenvolvimento regional e loteamentos particulares.

Os autores Medeiros e Leite (2009, p. 69) e Fabrini (2001, p. 28) afirmaram que da luta por reforma agrária no Brasil derivaram os assentamentos rurais como processo contínuo à sobrevivência e luta com fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas (Reprodução socioeconômica), em que um grupo de trabalhadores sem terra ou com pouca terra obteve a posse de propriedades em forma de lotes, sendo este processo resultante de desapropriação ou arrecadação para projetos de assentamentos. Do mesmo modo, Cruz (2008, p. 97) afirmou que esse modo de vida e territorialidade desse espaço apropriado pelos usos que os assentados reproduzem a vida e trabalham para manterem-se incluídos na dinâmica do mundo moderno, desenvolvendo práticas sociais e produtivas clivadas por aspectos tradicionais e modernos.

No período correspondente as décadas de 1970 e 1980, Campanhola e Graziano da Silva (2004, p. 29) expuseram que houve o processo de incorporação territorial do Mato Grosso na

economia brasileira, intensificado devido à abertura de rodovias e implantação de novos centros de colonização. Nesse ínterim, grande parte dos municípios mato-grossenses foram fundados, sobretudo, na porção Norte e Sudoeste do Estado.

Nesse contexto, surge em 1985 o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST e outros movimentos em prol da reforma agrária. Esses movimentos de trabalhadores rurais reivindicavam alternativas para o meio rural, como uma forma de se tornarem proprietários de seu lote de terra, derivando em algumas localidades a ampliação dos investimentos públicos nas áreas sociais, modernização da legislação, fortalecimento dos direitos do cidadão comum, da autonomia cultural e a dinamização econômica. Nesse período, verificou-se uma grande ocorrência de migração para a região Centro-Oeste do Brasil (BRASIL, 2010, p. 12; OLIVEIRA, 2010, p. 15).

Ianni (2005, p. 30) afirmou que mais expressivamente a partir das décadas de 1980 ocorreu na região Sudoeste mato-grossense, a consolidação de antigas cidades, dentre elas se destacaram: Cáceres e Vila Bela da Santíssima Trindade. Surgiram ainda novos núcleos urbanos, principalmente nas regiões norte e central, com fluxo intenso de outras regiões do estado e bem como de outras regiões do País.

Essa migração ocorreu em grande parte estimulada pela implantação de infraestrutura incentivada pelo Governo que reordenou o território brasileiro, através de planos de desenvolvimento e ocupação dos chamados "espaços vazios", impulsionando a expansão e modernização agropecuária, implantando o novo modelo de crescimento econômico (PRADO JUNIOR, 1996, p. 32).

Castro (1994, p. 27) observou que o movimento de ocupação desses espaços explica-se não como mobilidade de pessoas, mas como movimento da força de trabalho, isto é, como a necessidade e a possibilidade de produção e reprodução da pequena produção familiar, que fez frente ao processo de exploração e expropriação no qual o pequeno produtor vai

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

historicamente transformando seu trabalho individual em trabalho coletivo, sobretudo quanto às questões contrárias ao capital e não apenas na luta pela propriedade da terra.

Poli (1999, p. 26) destacou que dessa resultante, deu-se a possibilidade dos agricultores familiares se tornarem pequenos proprietários, independentes dos latifúndios, para produzir alimentos e assim abastecer os centros urbanos em formação. Esse processo contribuiu para que os agricultores investissem em atividades não agrícolas, e fez com que obtivessem uma renda média maior que as de quando trabalhavam apenas com atividades agrícola e pecuária.

Este estudo parte do pressuposto de que, quando se trata das questões sociais, econômicas e produtivas no Mato Grosso, as discussões permeiam apenas os aspectos do agronegócio, do latifúndio e grandes culturas (Commodities agrícolas), ocultando dos levantamentos e dados de todas as questões que envolvem a produção e a organização social da agricultura familiar, que representa significativamente uma parte da economia, que cada vez vem se apresentando mais forte e articulada.

A proposta deste trabalho é entender o papel que desempenham os assentamentos para a economia local dos municípios da região VII de planejamento de Mato Grosso, analisando como os assentados existentes no território produzem as territorialidades. Assim sendo, este estudo objetivou diagnosticar as atividades socioeconômicas e produtivas realizadas nos assentamentos da região Sudoeste de Mato Grosso, tomando-se como referência de análise os modos de vida dos sujeitos - como vivem e o que produzem e como se organizam - de acordo com sua perspectiva de uso e apropriação da terra conquistada, visando à geração de informações que contribuam para o seu fortalecimento, o acesso às políticas públicas e a geração de emprego e renda, considerando a realidade e a possibilidade de desenvolvimento local.

Neste sentido, este ensaio refere-se aos resultados de uma pesquisa realizada no âmbito dos projetos intitulados “Modelagem de indicadores ambientais para a definição de áreas prioritárias e estratégicas á recuperação de áreas degradadas da região Sudoeste de Mato Grosso/MT” vinculado à Sub-rede de estudos sociais, ambientais e de tecnologias para o sistema produtivo na região sudoeste mato-grossense - REDE ASA, financiada pelo Edital MCT/CNPq/FNDCT/FAPs/MEC/CAPES/PRO-CENTRO-OESTE Nº031/2010 e “Núcleo de extensão em desenvolvimento territorial da Grande Cáceres: uma estratégia de desenvolvimento sustentável por meio de ações que fortaleçam a produção agroecológica, agroindustrialização, comercialização e a atuação das mulheres”, financiado pela chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº11/2014, que se localizam na região Sudoeste de Mato Grosso, fronteira Brasil/ Bolívia.

2.ÁREA DE ESTUDO E CAMINHOS METODOLÓGICOS

A região Sudoeste do estado de Mato Grosso é composta por 22 municípios (Figura 01). Nesta região, estão presentes duas importantes bacias hidrográficas: a do Alto Paraguai e a Amazônica, totalizando uma área de 117.075,21 km², constituindo a maior região em área territorial de Mato Grosso, correspondendo a aproximadamente 12,6% do território estadual.

Sua população é a terceira maior dentre as regiões de planejamento do Estado, com 309.442 habitantes (IBGE, 2012. s/p.) e densidade demográfica de 2,64 hab./km². De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, referente ao ano 2010 (BRASIL, 2013, s/p.), o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH desta Região variou entre o médio e alto, sendo que o município de Lambari D’Oeste teve o menor valor de IDHM 0,627 e o município de Campos de Júlio apresentou o maior índice, com IDHM 0,744

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

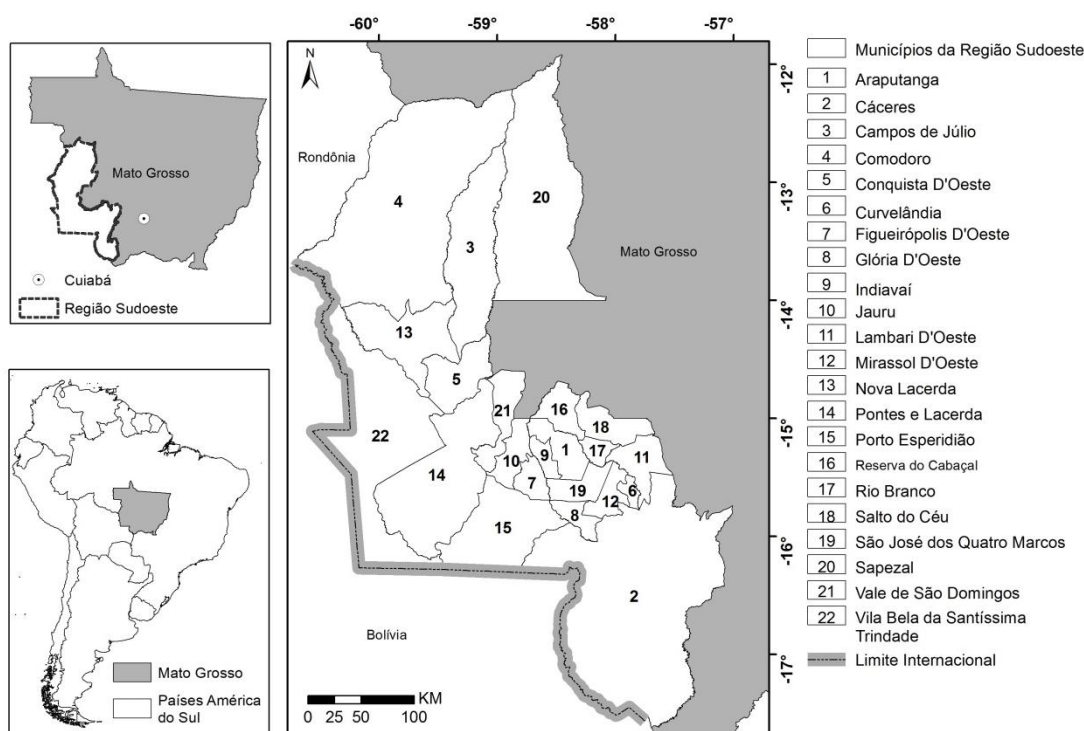


Figura 01 - . Municípios da região Sudoeste Mato-grossense nos contextos estadual, brasileiro e sul-americano. Elaboração durante a pesquisa: os autores, 2016.

O forte da economia regional pauta-se na pecuária e na agricultura, contribuindo respectivamente com 39,4% e 17,86% do PIB para esta região. No que tange a pecuária para o Estado, representa 9,4% da produção estadual, a qual abastece os laticínios, curtumes e frigoríficos. No que se refere à agricultura é composta por áreas de assentamentos rurais, médios e pequenos produtores familiares, característica marcada pela atribuição de terras em glebas destinadas a colonização agrícola e/ou aquisição de terras por meio de incentivos fiscais públicos e privados. Entretanto, cabe salientar que na porção nordeste da região, especificamente nos municípios de Sapezal e Campos de Júlio, há predomínio do agronegócio (exportação), marcado por grandes lavouras de soja (grãos), algodão herbáceo (caroço) e milho na entre safra.

No que tange a atividade turística na região, é eminentemente pautada na pesca, tendo como principais focos da atividade pesqueira, o rio Paraguai e o Pantanal. Essas

atividades atualmente desenvolvidas não se articulam com questões socioambientais, sendo basicamente de cunho econômico (NEVES et al., 2011, p. 62). Entretanto, a política de planejamento do estado de Mato Grosso aponta para desenvolvimento das potencialidades naturais, expansão da atividade do turismo com base nas belezas cênicas, o fortalecimento e diversificação da pequena e média produção; e desenvolvimento de atividades ligadas a comunidades rurais e assentamentos de agricultura familiar (MATO GROSSO, 2012, p.24).

Metodologicamente os procedimentos adotados foram: pesquisa do tipo exploratória, bibliográfica e levantamento de dados secundários sobre o objeto de estudo, visando subsidiar teoricamente as análises efetuadas e resgatar informações do processo de organização dos assentamentos rurais da região sudoeste mato-grossense. E para a representação e análise de alguns dados utilizou-se a estatística descritiva (frequência relativa).

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

Inicialmente, a pesquisa exploratória consistiu em familiarizar-se com o fenômeno investigado, de modo que o estudo pudesse ser melhor compreendido. E permeou todo o estudo visando à formulação de abordagens posteriores.

Foram feitas leituras, fichamentos e análises de materiais bibliográficos sobre os temas: Formação do Território Brasileiro; Ocupação do Centro Oeste Brasileiro; Formação Histórica e Territorial de Mato Grosso; Políticas de Incentivo e Criação dos Assentamentos Mato-grossense e Assentamentos da região Sudoeste Mato-grossense.

Num segundo momento, procedeu-se o levantamento de dados secundários em materiais impressos (Anuários, censos e catálogos) e em arquivos eletrônicos de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-MT); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Mato Grosso (SEPLAN-MT); Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (SEFAZ-MT); Federação de Assistência Social e Educacional (FASE-MT); Cooperativa da Agricultura Familiar de Cáceres (COOPFAMI); entre outros.

Posteriormente, foi organizado por meio de Banco de Dados Geográfico - BDG, os dados catalogados dos assentamentos rurais da região Sudoeste mato-grossense.

Por fim, efetuou-se o tratamento dos dados de forma qualitativa, visando à compreensão das informações levantadas, orientadas para a compreensão de processos subjetivos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O estado de Mato Grosso recebeu a influência de diversos programas de Governo no decorrer de seu processo histórico de desenvolvimento e construção de território, a exemplo destes programas citam-se o Plano de Integração Nacional - PIN; Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA; Programa de Desenvolvimento dos

Cerrados - POLOCENTRO; Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA e Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil - POLONOROESTE. Esses contribuíram e/ou determinaram aspectos da formação, estrutura fundiária, uso e ocupação do território mato-grossense até a atualidade. Nesse sentido, Cigolini (2012, p. 119) mencionou que as subdivisões dos territórios, não são apenas dados passivos, mas constituem um elemento ativo nas formas e no conteúdo da vida social, em toda e qualquer escala geográfica.

Sparovek (2003, p. 29) indagou que trezentos e trinta e dois (332) projetos de assentamento (PA) foram criados no estado de Mato Grosso, entre 1981 e 2002. Moreno (2007, p. 33) afirmou que estes PA serviram a priori como patrocínio ao acesso à terra território mato-grossense, pelos grandes grupos econômicos, financiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

A região Sudoeste de Mato Grosso tem como polo regional o município de Cáceres, definido no MT+20 como região VII de planejamento do Estado (MATO GROSSO, 2012, p. 23). Composta por 22 municípios (Figura 01) a região possui aproximadamente 11.786 famílias assentadas, distribuídas em 64 áreas catalogadas pelo INCRA. Apresentam Coeficiente de GINI de 0,800 e representa 14% dos assentamentos concretizados no estado de Mato Grosso (AMM, 2010, p. 25).

Lamera e Figueiredo (2008, s/p.) destacaram que áreas destinadas aos projetos de assentamentos eram subdivididas em áreas de preservação permanente, de reserva legal e áreas destinadas à produção coletiva e à individual.

Na tabela 01 são apresentados os dados das estruturas estabelecidas para a criação dos projetos de assentamentos no âmbito das primeiras destinações de terras para fins de assentamento em Mato Grosso..

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

Tabela 01 - Estrutura para a criação de assentamentos em Mato Grosso, na década de 1990.

Área do PA*	Máximo (ha)	Mínimo (ha)	Média (ha)
Total	34.827,00	80	6.900,00
Área de Preservação	6.400,00	0	552,00
Área de Reserva Legal	16.348,00	0	2.181,00
Destinada à produção coletiva	1.189,32	0	13,69
Média de lotes	201,00	2	50,00

*PA: Projeto de Assentamentos. Fonte: INCRA, 2000.

Lamera e Figueiredo (2008, s/p.) e Sparovek (2003, p. 42) afirmaram que alguns dos assentamentos da região sudoeste de Mato Grosso, não possuíam área de produção coletiva, sendo estes casos em geral, constatados em projetos de assentamentos mais antigos, podendo citar dois, no município de Cáceres (Assentamentos Laranjeira I e Laranjeira II); dois, no município de Vila Bela da Santíssima Trindade (Assentamentos Santa Helena e Seringal) e um no município de Araputanga (Assentamento São

Benedito). Entretanto, apresentam áreas de produção individual, em que a produção é equivalente aos assentamentos que possuem áreas coletivas.

Os municípios estão interligados via BR 070 e BR 174 e os assentamentos encontram-se distribuídos heterogeneamente em 20 dos 22 municípios que compõem a região sudoeste de Mato Grosso (Figura 02).

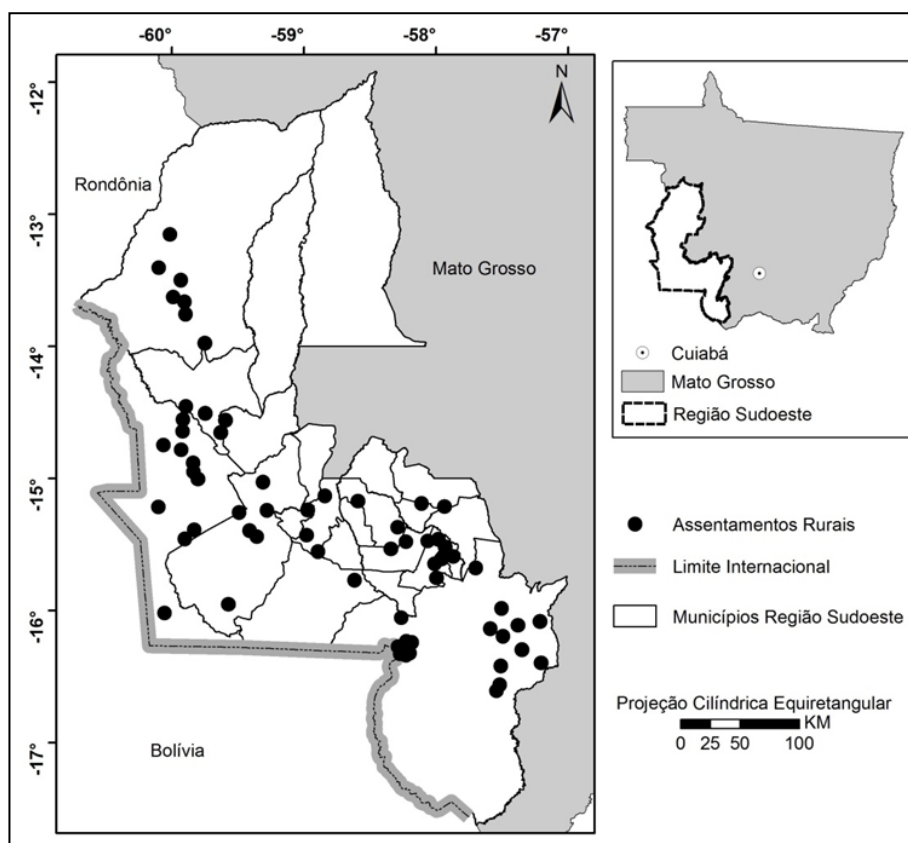


Figura 02 - Assentamentos nos municípios da região Sudoeste Mato-grossense. Fonte da base cartográfica dos assentamentos: INCRA, 2013.

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

Na tabela 02 são apresentados os nomes dos assentamentos contidos nos municípios que compõem a região Sudoeste Mato-grossense, de acordo com os dados disponibilizados pelo INCRA (2013).

Tabela 02 - Assentamentos por município que compõem a região Sudoeste de Mato Grosso.

Município	Assentamento	Capacidade de famílias	Famílias assentadas	Data de criação	Forma de obtenção	
Araputanga	Florestan Fernandes	153	150	04/09/2000	Desapropriação	
	Vereda	115	110	29/12/1995	Desapropriação	
	São Benedito	49	43	05/05/1998	Desapropriação	
	Laranjeira II	46	33	03/03/1997	Desapropriação	
	São Luiz	29	26	14/12/1995	Arrecadação	
	Sadia Vale Verde	439	419	24/04/2003	Compra e venda	
	Facão/Bom Jardim	170	168	27/03/2006	Desapropriação	
	Arraial Santana	300	0	24/11/2005	Arrecadação	
	Recompensa II	20	20	19/03/2012	Desapropriação	
	Barranqueira	80	71	20/01/1999	Desapropriação	
Cáceres	Laranjeira I	243	125	24/02/1997	Desapropriação	
	Flor da Mata	30	22	02/08/2004	Arrecadação	
	Limoeiro	172	159	02/02/2000	Desapropriação	
	Flexas	12	7	18/12/2002	Arrecadação	
	Jatobá	30	27	24/10/1997	Desapropriação	
	Katira	48	46	27/09/2003	Desapropriação	
	Corixo	73	70	05/04/2001	Desapropriação	
	Ipê Roxo	30	26	31/12/1998	Desapropriação	
	Nova Esperança	51	49	15/12/1997	Desapropriação	
	Rancho da Saudade	47	45	19/12/1997	Desapropriação	
	Sapicuí	40	39	30/08/1999	Desapropriação	
	Bom Sucesso	14	13	18/12/2002	Arrecadação	
	Paíol	449	229	24/02/1997	Desapropriação	
	Campos de Júlio*	-	-	-	-	-
	Comodoro	Granja	117	108	23/02/1995	Desapropriação
Noroagro		280	242	11/07/1991	Compra e venda	
Miranda Estância		330	290	27/02/1992	Compra e venda	
Colônia dos Mineiros		100	98	02/12/1996	Desapropriação	
Cabixi		55	44	19/12/1995	Arrecadação	
Nova Alvorada		123	93	17/12/1986	Arrecadação	
Macuco	220	214	19/03/1996	Desapropriação		
Conquista D'Oeste*	-	-	-	-	-	
Curvelândia	Tupã	126	113	08/08/1986	Desapropriação	
	Providência III	75	74	19/12/1995	Desapropriação	
Figueirópolis D'Oeste*	-	-	-	-	-	
Glória D'Oeste*	-	-	-	-	-	
Indiavaí*	-	-	-	-	-	
Jauru	Mirassolzinho	732	672	23/03/1988	Compra e venda	
	Mirassolzinho II	71	63	19/12/1995	Arrecadação	
	Corgão	160	153	27/11/1995	Desapropriação	
Mirassol D'Oeste	Silvio Rodrigues	160	158	23/05/2012	Desapropriação	
	São Saturnino	114	107	04/08/2000	Desapropriação	
	Providência I	68	67	14/12/1995	Desapropriação	
	Margarida Alves	145	143	09/05/1997	Desapropriação	
	Roseli Nunes	331	314	02/04/2001	Desapropriação	

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

	Santa Helena II	53	52	30/12/1996	Compra e venda
Nova Lacerda	São Judas	180	164	02/10/2006	Desapropriação
	Santa Elina	174	151	18/12/2007	Desapropriação
	Sararé	266	245	11/12/1986	Desapropriação
	1500 Alqueires	78	69	11/12/1986	Desapropriação
Pontes e Lacerda	Coronel Ari	200	133	01/04/1987	Desapropriação
	Lagoa Rica	40	37	10/02/2000	Desapropriação
	Lourival D'Abic	110	41	28/05/2005	Confisco
	Barra do Marco	91	91	15/08/2007	Compra e venda
	Barra do Marco II	14	13	19/03/2012	Compra e venda
	Triunfo	321	320	05/02/1996	Desapropriação
	Córrego da Onça	82	76	27/11/1995	Desapropriação
	Rio Alegre	392	360	10/05/1996	Desapropriação
	Aerorrancho	155	121	24/12/1996	Desapropriação
	Porto Esperidião	Papiro	30	28	29/01/1987
Reserva do Cabaçal*	-	-	-	-	-
Rio Branco	Montechi	117	103	19/08/1987	Desapropriação
Salto do Céu	Cecilia Antunes	46	43	09/09/2002	Desapropriação
São José dos Quatro Marcos	Santa Rosa I	73	73	31/12/1997	Desapropriação
Sapezal*	-	-	-	-	-
Vale de São Domingos*	-	-	-	-	-
Vila Bela da Santíssima Trindade	Santa Helena	180	180	19/03/1996	Desapropriação
	São Sebastião	14	14	17/06/1997	Arrecadação
	Morrinho do Tarumã	33	34	24/09/1996	Arrecadação
	Guaporé	180	180	28/11/2001	Desapropriação
	Miura	69	68	15/08/2007	Compra e venda
	Bocaina	18	18	08/01/1997	Arrecadação
	Marumbi	86	85	25/09/2006	Desapropriação
	São Pedro/Cambara	81	78	03/11/2006	Desapropriação
	Formosa	241	220	28/05/1987	Desapropriação
	Seringal	240	224	24/10/1997	Desapropriação
	Ritinha	132	124	20/11/1997	Desapropriação

*Não possui assentamentos. Fonte: INCRA, 2013. Org.: SILVA, 2016.

Cabe salientar que há discordância entre os dados tabulares e os cartográficos disponibilizados pelo INCRA em relação à quantidade de assentamentos, bem como destes com os apresentados nos relatórios da superintendência de Mato Grosso. Contudo, nenhuma das informações foram descartadas, por serem julgadas como relevantes para o estudo e ainda considerou-se que existem na região áreas de conflitos que ainda aguardam tramitação (quilombolas, indígenas, ribeirinho, etc.).

A análise dos dados dos assentamentos (Tabela 02) evidencia que ocorre maior concentração nos municípios de Cáceres, Comodoro, Mirassol D'Oeste, Pontes e Lacerda e

Vila Bela da Santíssima Trindade. Os municípios de Conquista D'Oeste, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indavaí, Reserva do Cabaçal e Vale de São Domingos possuem áreas divididas em lotes, porém estes pertencem a assentamentos sediados em municípios vizinhos. Em contraponto verificou-se ainda que nos municípios de Campos de Júlio e Sapezal não há nenhum assentamento, pois apresentam estrutura fundiária diferenciada, caracterizada por latifúndios e monocultivos (soja, milho e algodão).

É importante salientar que, apesar de grande parte dos municípios terem sua fundação posteriormente aos primeiros projetos de colonização, que ocorreram nas décadas de 1960

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

e 1970, o início do povoamento desta região data do século XVIII, com a fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade (19 de março de 1752), como capital da então Província de Mato Grosso e de Cáceres (6 de outubro de 1778).

Das terras destinadas para a criação de assentamentos na região 71,01% foram na forma de desapropriação, 15,94% por meio de arrecadação, 11,59% por compra e venda e 1,45% por confisco. Cruz (2008, p. 94) e Fabrini (2001, p. 29) afirmaram que a tão sonhada vontade de concretização de ser dono do seu “pedaço de terra”, nem sempre foi harmônica, pois os mesmos estão submetidos à condição espacial que representam barreira para tal anseio. E acrescenta que fica evidenciada a importância que o agricultor familiar possui nos assentamentos, principalmente no tange reprodução e organização político-social como estratégia de sobrevivência.

Segundo INCRA (2000, p. 40), os assentamentos catalogados em documentos oficiais, localizados nos municípios da região Sudoeste de Mato Grosso, possuem suas próprias características históricas: influenciadas pela forma de ocupação, origem dos fluxos migratórios, dos programas e estratégias governamentais; e se assemelham em seu modo de produção pautado na pluriatividade e encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento.

De modo geral os municípios da região apresentam 25% de ruralidade em sua área territorial, diferindo da média estadual e nacional que atingem o percentual de 18,1% e 15,64%, respectivamente, no que tange ao âmbito territorial. Lamera e Figueiredo (2008, p. 34) afirmaram que é necessário conhecer as deficiências dos assentamentos rurais deste Estado, de modo que gere informações para ordenamento das políticas estaduais em favor dos mesmos, devido suas peculiaridades e a regionalização e que sirvam de controle social.

Para Silva et al. (2012, p. 72), estas famílias, em sua maioria, residem a mais de 06 anos na área, sendo em sua maioria gerenciadas homens, com atividades e ocupações anteriores

sempre ligadas ao meio rural (Arrendatários, meeiros e outros), possuem baixa escolaridade e idade média de 58 anos de idade. A mão-de-obra é familiar e utilizam também o emprego de mecanização e o uso de animal nas tarefas de campo (Aragem, transporte, etc.).

No tocante a qualidade de vida dos assentados, Sparovek (2003, p. 103 e 106) e Pinheiro e Silva (2010, p. 543) afirmaram que alguns indicadores, tais como: saneamento básico, saúde e educação, contribuem para a estagnação dos assentamentos, devido à deficiência desses serviços, que são básicos a permanência no campo.

Verificou-se ainda que é inexistente a coleta de lixo, restando como alternativa queimar, enterrar ou jogar em um terreno designado de comum acordo entre os assentados, para destinação dos resíduos sólidos produzidos.

Quanto à saúde, mesmo o assentamento que possui posto de saúde familiar, não difere dos demais da região; há faltam médicos, enfermeiros e técnicos para atendimento de no mínimo urgência e emergência; fazendo que os assentados recorram aos postos, hospitais e pronto atendimento médicos das cidades.

Referente à educação: poucos assentamentos possuem instituições de ensino básico, no caso dos estudantes do ensino fundamental e médio, os municípios disponibilizam transporte para deslocamentos destes para as escolas nas cidades. Nesse sentido, os filhos de assentados vão para as cidades avançarem para outros níveis de escolaridade.

Contrapondo a esses indicadores, pesquisas realizadas pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO, em assentamentos, em diversas regiões do Brasil, mostraram que mesmo que haja situações adversas, muitas vezes, por burocracia ou distância, são comprovadas melhorias substanciais nos indicadores sociais, saneamento, educação, saúde, mortalidade infantil e lazer, pois há incentivos e projetos realizados por

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

ONG's, programas do governo federal e pastorais de igrejas (ROMEIRO, 1991, p. 20).

No que tange as atividades produtivas dos assentamentos, há uma diferença entre os assentamentos mais próximos à fronteira com a Bolívia dos localizados mais próximos aos núcleos urbanos mato-grossenses, devido à dificuldade de acesso a água. Cabendo ressaltar que nos assentamentos próximos à fronteira há predominância da pecuária bovina, sendo a escassez de água, um dos gargalos enfrentado pelos assentados.

A produção de modo geral é subdividida em: pecuária, agricultura diversificada, extrativista e artesanal. De acordo com INCRA/FAO (1999, s/p.) podem ser desenvolvidos diversos sistemas produtivos no âmbito da agricultura familiar, como uma junção organizada, onde áreas são parceladas, para o cultivo de diversas culturas e são cultivados, conjuntamente, com a criação de vários grupos de animais, e eventualmente em conjunto com o extrativismo e/ou de processamento de produtos.

Mendes et al. (2012, p. 18) ao investigar sobre esses sistemas de produção, afirmou que na escala de um estabelecimento agrícola, podem ser encontrados uma combinação dos recursos disponíveis para obtenção das produções vegetais, animais, extrativas e artesanais, como forma de rentabilidade do espaço. Onde os agricultores que praticam consorciadamente o extrativismo, agricultura e pecuária representaram 50%; 30% corresponderam aos que praticavam extrativismo e agricultura; e 13,67% aos que praticavam apenas extrativismo e pecuária.

Na pecuária Silva et al. (2012, p. 75) destacaram que em média 70% das áreas dos assentamentos são ocupadas por pastagens, pois prevalece a pecuária bovina de corte e leiteiro, há ainda a criação de pequenos animais (Suínos, caprinos, ovinos) e a apicultura.

Na agricultura, os autores (op. cit.) firmaram que apenas 27% das áreas dos assentamentos destinam-se as atividades agrícolas, com exploração de culturas

temporárias, como do milho, arroz, feijão, mandioca, banana, amendoim, coco, abacaxi, café, frutos diversos e hortaliças (Alguns em molde agroecológico).

No extrativismo, 3% dos assentamentos praticam a extração do araticum, jatobá, bocaiuva, macaúba, cajazinho, cagaita, ipê roxo, borracha, cumbaru, babaçu, pequi para produção de sucos, polpas, doces, licores, bombons, conservas, geleias, sorvetes e enriquecimento de bolos, bolachas, pães, em fins homeopáticos, terapêuticos e produção artesanal e agroindustrial.

No que se refere à produção artesanal, são gerados doces, conservas, farinhas, artesanato de madeira, de palha, de corte e costura que são comercializados em feiras e em outros eventos ligados aos trabalhadores rurais, em feiras de eventos locais, regionais e nacionais.

Cabe ressaltar que dos 22 municípios que formam a região Sudoeste de planejamento de Mato Grosso, Sapezal e Campos de Júlio possuem estrutura fundiária e condições edafoclimáticas diferenciadas, apresentando predomínio de grandes produtores de algodão, soja e milho, sendo ainda, expressiva a tendência à expansão das áreas para plantio, que atendem a demanda do agronegócio - commodities agrícola (IBGE, 2015, s/p.).

Nos 20 demais municípios prevalece os pequenos e médios produtores familiares, ligadas às atividades de agricultura familiar com ocupação antiga, pecuária de corte em modelo extensivo (Silva et al., 2012, p. 74). Estes são cercados de potencialidades naturais, que em um planejamento mais específico, pode ser pensado em bases de um novo tipo de desenvolvimento local, nos modos de estilo de vida comunitário, estabelecendo-se na prestação de bens e serviços para o mercado turístico.

Aproveitar todo o potencial produtivo e natural é um tanto quanto desafiador. Nesse sentido, Moscardo (2008, p. 58 e 100), considerou que há uma barreira para o desenvolvimento local e/ou turístico de comunidades devido à falta de conhecimento sobre o que seja a atividade do turismo e de todo

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

o potencial que possuem, nesse sentido, não entendem com um mecanismo para o estabelecimento de novos arranjos produtivos para o desenvolvimento da comunidade.

Brun e Fuller (1991, p. 25 e 36) discorreram que a agricultura familiar tem sua produção pautada na pluriatividade, como elemento de diversificação (Atividades agrícolas e não agrícolas), funcionando como estratégia de sobrevivência e fonte de renda excedente, que ao longo do tempo se adequam ou consolidam aos costumes do local e aos novos arranjos produtivos onde estão inseridos.

Corroborando com essa afirmativa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA apresentou dados que confirmaram a produção dos assentamentos de agricultura familiar no âmbito brasileiro; sendo responsável por cerca 87% da produção de mandioca, 71% da produção de feijão, 47% do milho, 39% do café, 33,9% do arroz, 22% do trigo e, na pecuária, 58,1% do leite de vaca e 67% do leite de cabra, 59% do plantel de suínos, 50% e 30% das aves e dos bovinos, respectivamente, e tem despontado na economia com a oferta de bens e de serviços (BRASIL, 2003, p. 14 e 21). Esses dados mostram a importância da agricultura familiar, realizada em assentamentos, não só para o Mato Grosso como para o Brasil.

A agricultura familiar da região, certamente gera excedente para a comercialização, porém, os produtos muitas vezes não se apresentam tão competitivos em outros mercados, devido às dificuldades de acesso, principalmente, o transporte para os centros urbanos, tornando os custos atuais de produção e escoação quase que inviáveis.

No censo da reforma agrária de 2006 foi exposto que em um panorama geral, referente às condições das estradas de acesso e escoação da produção, são gastos cerca de 2 horas dos assentamentos até a sede municipal, podendo atribuir esse fator talvez as condições das estradas, onde 50% destas se encontram em más condições, dificultando o escoamento do excedente da produção (IBGE, 2008, p. 28).

No que tange a comercialização, produção e assistências, estas parcerias são estabelecidas com diversas instituições, que prestam serviços sociais e de infraestrutura. Conforme Sparovek (2003, p. 6 e 93), destes serviços cerca 52,9% competem às prefeituras; 26,2% ficam por conta do governo do Estado e 20,9 cabem ao INCRA, sociedade civil e Ong's. Quanto a educação, saúde e lazer, as prefeituras e Estado se encarregam de cerca de 75% com projetos de educação no campo e 25% estão por conta de outras instituições.

Quanto ao crédito rural, Silva et al. (2012, p. 80) verificaram que há diversos programas de crédito e de fomento para o assentamento de famílias, porém, a burocracia faz com que se torne quase que inviável o acesso a esse crédito para as famílias assentadas, pois estas reclamam das dificuldades no trato com os bancos para o acesso ao crédito.

Outra preocupante é a questão de assistência técnica, devido o capital humano nas instituições públicas ser reduzido e possuírem as dificuldades para atendimento de todos os assentamentos. Sendo, portanto, apontado como principais fatores que dificultam ainda mais a assistência técnica: os problemas de estrutura de atendimento, a falta de veículos e meios de transporte para executar as atividades junto aos assentamentos.

Mendes et al. (2012, p. 9) afirmou que a assistência técnica na região Sudoeste mato-grossense é mínima, entretanto é feita pela Federação de Assistência Social e Educacional (FASE-MT), pela Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (EMPAER-MT) e pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR-MT), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Centro de Tecnologia Alternativa - CTA, que os norteiam em relação ao manejo, produção, capacitação, transferência de tecnologias, acesso a recursos federais, dentre outros.

De modo geral, Abramovay (2003, p. 42 e 44) definiu que a maioria dos projetos de assentamento se encontra em situação estável,

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

porém, inadequada, decorrente da existência de uma política agrária falha.

Havendo ainda a falta de infraestrutura adequada à produção e à comercialização dos produtos cultivados, assim como pela deficiência na oferta de serviços de saúde e de escolas de ensino médio, o que condiciona a necessidade de mudanças dos jovens para os centros das cidades, promovendo continuamente o êxodo rural.

Na região Sudoeste mato-grossense a reforma agrária ocorreu, assim como em várias regiões brasileira, como mera distribuição de terras para assentar pessoas. Desse modo, na região observa-se que após a conquista da terra, há muitos casos de precariedade com relação a infraestrutura social e produtiva, atribuída a ausência da “mão do Estado”, identificando em muitos casos a dificuldade de acesso a água, serviços básicos de educação e saúde, que influenciam diretamente na qualidade de vida dos assentados (OLIVEIRA, 1995).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há evidências de que mesmo como poucas condições de infraestrutura e grandes investimentos, os assentados por meio de grupos ligados a associações, encontram alternativas para continuar sua vida no campo, ampliando e diversificando a produção e comercialização.

De forma simples, os assentados empregam criatividade no seu modo de vida, diversificam seus sistemas produtivos com atividades não agrícolas (pluriatividades), encontrando sua função na economia local.

Outro fator importante é visto a partir da integração da comunidade em grupos e associações, o que tem gerado resultados socioeconômicos positivos e tem fortalecido a coletividade nos assentamentos.

A assistência técnica, embora com seu capital humano reduzido, tem papel fundamental na transferência de tecnologia, capacitação para melhoria dos meios produtivos e orientação quanto à elaboração de projetos, com fins de capacitação de recursos para desenvolvimento de assentamentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149 p.

AMM. Associação Mato-grossense dos Municípios. **Dados municipais**. Cuiabá, 2010.

ARCARO, Rosevane; GONÇALVES, Teresinha Maria. **Identidade de lugar: um estudo sobre um grupo de moradores atingidos por barragens no município de Timbé do Sul, Santa Catarina**. Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba/PR, v. 25, p. 38 -63, 2012.

BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013#. Acesso em: 12 mai. 2013.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970**. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 jun. 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1110.htm. Acesso em: 06 abr. 2014.

BRASIL. Secretaria Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST: Lutas e Conquistas**. 2. ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010. 54 p. Disponível em: <http://antigo.mst.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20Conquistas%20PDF.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2003. 36 p.

BRUN, Andre; FULLER, Anthony Michael. **Farm Family Pluriactivity in Western Europe**. United Kingdom: The Arkleton Research, 1991. 76 p.

CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 306 p.

CASTRO, Sueli Pereira. **A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da Sociedade**. Cuiabá: EdUFMT, 1994. 290 p.

CIGOLINI, Adilar Antonio. **Território e criação de municípios: o significado teórico-político da**

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

- compartimentação do espaço.** Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba/PR, v. 25, p. 111 - 133, 2012.
- CRUZ, Nelson Ney Dantas. **Modos de vida e territorialidades nos assentamentos de reforma agrária.** Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise, Curitiba/PR, n. 16, p. 93-100, 2008.
- FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências de lutas no Paraná.** Cascavel: Edunioeste, 2001. 139 p.
- FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006. 205 p. GRAZIANO DA SILVA, José. Para entender o Plano Nacional de Reforma Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1985.101p.
- GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília: INCRA/FAO, 2000. s/p.
- IANNI, Octávio. **A sociedade global.** 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 191 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional 2010.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=51&dados=8>>. Acesso em: 05 abr. 2013.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas regionais.** Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/13122001contasregional.shtm>. Acesso em: 29 dez. 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuário.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2013.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de Atividades: INCRA 30 anos.** Brasília, 2000. Disponível em: <www.incra.gov.br/arquivos/0172500473.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2013.
- INCRA/FAO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários.** Brasília: INCRA/FAO, 1999. 65 p.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Base de dados Atualizada.** Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/interface/incra.htm>. Acesso em: 25 mai. 2013.
- KOHLHEPP, Gered. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 37-61, mai./ago., 2002.
- LAMERA, Janice Alves; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. Os assentamentos rurais em Mato Grosso. In: **Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 46., 2008, Rio Branco. Anais... Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. s/p.
- MATO GROSSO. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: macro-objetivos, metas globais, eixos estratégicos e linhas estruturantes. In: PRADO, J. G. B.; BERTCHIELI, R.; OLIVEIRA, L. G. (Orgs). **Plano de Longo Prazo de Mato Grosso. Cuiabá/MT: Central de Texto**, 2012. 108p. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/mt20/mt20.htm>. Acesso em: 22 ago. 2015.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 286 p.
- MELGAREJO, Leonardo. **O desenvolvimento e a reforma agrária e os assentamentos: espaços para a contribuição de todos.** Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent., Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 58-68, out./dez., 2001.
- MENDES, Maurício Ferreira; FERNANDES, Rosilainy Surubi; NEVES, Sandra Mara Alves Silva; NEVES, Ronaldo José; SILVA, Elvis Frazão; KREITLOW, Jesã Pereira; NEVES, Laís Fernandes Souza. **Extrativismo e geração de renda nos assentamentos rurais Facão/Furna São José e Margarida Alves, região Sudoeste Mato-grossense, Brasil.** In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 21., 2012, Uberlândia-MG. Anais... Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012. p. 1-11.
- MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996. 280p.

ASSENTAMENTOS RURAIS NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA: DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PRODUTIVO NA REGIÃO SUDOESTE MATO-GROSSENSE

- MORENO, Gislaene. **Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla: 1892-1992**. Cuiabá: Entrelinhas, 2007. 312 p.
- MORENO, Gislaene; HIGA, Tereza Cristina Cardoso Souza; **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005. 295 p.
- MOSCARDO, Gianna. **Building Community Capacity for Tourism Development**. Wallingford: CABI, 2008. 338 p.
- NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NUNES, Maria Cândida Moitinho; NEVES, Ronaldo José. **Caracterização das condições climáticas de Cáceres/MT Brasil, no período de 1971 a 2009: subsídios às atividades agropecuárias e turísticas municipais**. B. Goiano. Geogr., v. 31, n. 2, p. 55-68, jul./dez., 2011.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura**. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, v. 25, n. 49-50, p. 17-57, 1995.
- OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **Terra, trabalho e escola: a luta do MST por uma educação do/no campo na Paraíba**. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- PINHEIRO, Maria Iracema de Arruda; SILVA, Tânia Paula da. **Agricultura camponesa em Cáceres, MT: análise do assentamento Facção, Comunidade Bom Jardim**. In: Simpósio de Geotecnologias no Pantanal, 3., 2010, Cáceres-MT. Anais... Cáceres: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 2010. p. 533 -544.
- POLI, Odilon. **O campesinato no Brasil: leituras em movimentos sociais**. Chapecó/SC: Griffos, 1999. 42 p.
- PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996. 446 p.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Reforma agrária e distribuição de renda**. Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Campinas/SP, v. 21, n. 11, s/p., jan./abr. 1991.
- SILVA, Tânia Paula; ALMEIDA, Rosimeire Aparecida; KUDLAVICZ, Mieceslau. **Os assentamentos rurais em Cáceres/MT: espaço de vida e luta camponesa**. Orbital: Revista Eletrônica da AGB - Seção Três Lagoas/MS, Três Lagoas/MS, v. 8, n.15, p. 62-82, mai., 2012.
- SPAROVEK, Gerd. (Org.). **A Qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003. 167 p..